

POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL (ANOS 2000): O PROCESSO DE JUVENILIZAÇÃO.

Debora Cristina Jeffrey

Universidade Estadual de Campinas
deborac@unicamp.br

Sandra Fernandes Leite

Universidade Estadual de Campinas
sanferleite@yahoo.com.br

Cristiane Teresa Dombosco

Universidade Estadual de Campinas/ Secretaria Municipal de Educação de Campinas
crisbosco@uol.com.br

Resumo: A pesquisa documental tem o propósito de analisar o processo de juvenilização das políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e as conseqüências desse processo no atendimento da população de adultos no Brasil, por meio de um levantamento documental dos programas implementados pelo Governo Federal, desde o ano de 2003. Evidenciou-se, após o levantamento documental, que os programas voltados para a EJA, no Brasil têm enfatizado a promoção social por meio da geração de renda ou destaca a satisfação das múltiplas aprendizagens de jovens e adultos, representando um convergência de paradigmas.

Palavras- chave: juvenilização; políticas públicas; educação de jovens e adultos.

INTRODUÇÃO

O conceito de Educação de Jovens e Adultos (EJA), entre os países latino-americanos, é amplo e apresenta distintas perspectivas teórico-conceituais associadas a algumas temáticas específicas na área como a educação de adultos, a alfabetização de adultos e os processos de escolarização formal, não-formal ou informal de pessoas jovens e adultas.

Independentemente do conceito e das perspectivas teórico-conceituais que fundamentam a EJA entre os países latino-americanos, estudos como os de Di Piero (2008a), Rodríguez *et al.* (2009) e Hernández *et al.* (2008) procuraram analisar o estado atual da educação de jovens e adultos na região, compreendendo o período anos de 2000 a 2005. As análises tiveram o intuito de identificar a construção social do direito à educação com destaque para a alfabetização e educação básica de pessoas excluídas; a educação de pessoas jovens e adultas no mundo do trabalho; a atenção educativa à diversidade sociocultural marginalizada e, como temática transversal, a superação da pobreza e o desenvolvimento sustentável.

Entre as principais evidências que os estudos, acima apontados, indicaram destacam-se as quatro funções sociais atribuídas à EJA na região:

- Tornar-se espaço de acolhida a migrantes rurais, que buscam, nesse tipo de educação, redefinir a identidade sociocultural, aprender comportamentos e adquirir códigos culturais para se inserirem na sociedade letrada;
- Elevar o nível educativo da população adulta que não teve oportunidade de acesso ou permanência na escola, na idade apropriada, por meio do desenvolvimento de competências profissionais exigidas pelo mercado de trabalho;
- Transformar-se em canal de reinserção, no sistema educativo, de adolescentes e jovens excluídos precocemente desse espaço, bem como favorecer a aceleração de estudos para aqueles que apresentem acentuado atraso escolar;
- Promover oportunidades de atualização, qualificação e formação cultural ao longo da vida.

As quatro funções sociais da EJA identificadas na região, apontadas por Di Pierro (2008a), Rodríguez *et al.* (2009) Hernández *et al.* (2008), indicam a vinculação da área às demandas econômicas, culturais e sociais estabelecidas em âmbito mundial, a partir da década de 1990, período em que o processo de globalização contribuiu para a formulação de uma agenda globalmente estruturada¹ (DALE, 2001) para a educação.

Pautado pelo ideário da educação e aprendizagem ao longo da vida, que de acordo com Delors (2004, p. 105) é entendido como um meio para se chegar a um equilíbrio entre o trabalho e a aprendizagem, bem como ao exercício de uma cidadania ativa, os programas de EJA destinados ao jovem se constituem no Brasil, com maior intensidade, nos anos 2000.

Certamente, há uma influência dessas iniciativas das orientações e acordos realizados durante as Conferências Internacionais de Educação de Adultos – CONFINTEA's, promovida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, no qual o Brasil foi signatário.

Desde a realização da III CONFINTEA, a concepção de educação de jovens e adultos esteve vinculada ao ideário da educação e aprendizagem ao longo da vida. Nesse sentido, Di Pierro (2008) afirma que a concepção ampliada desse tipo de educação não se esgota na escolarização, por isso, ao conceituar a educação e aprendizagem ao longo da vida, a autora a considera como uma educação que compreende “também aprendizagens realizadas de forma sistemática ou incidental nas mais diversas práticas sociais familiares, comunitárias, religiosas, políticas, de trabalho, de informação, comunicação, lazer ou fruição cultural”. (DI PIERRO, 2008, p. 396).

Por outro lado, a perspectiva da educação ao longo da vida tem gerado críticas, dada a sua centralidade na aprendizagem. Para Gadotti (2009) focar na aprendizagem sem se preocupar com o que se ensina e como se ensina, pode reduzir a educação de jovens e adultos a instrumentalização e capacitação dos indivíduos para atender a demanda do mercado de trabalho. Contrapondo-se a esse tipo de educação o autor acrescenta-nos que “a concepção da

¹ Dale (2001, p. 133) define a Agenda Globalmente Estruturada (AGE) como as forças econômicas que operam supra e transnacionalmente para romper ou ultrapassar as fronteiras nacionais, ao mesmo tempo em que reconstróem as relações entre as nações.

aprendizagem sustentada pelas políticas neoliberais centra-se na responsabilidade individual. A solidariedade é substituída pela meritocracia”. (GADOTTI, 2009).

É neste cenário educacional que optou-se pelo desenvolvimento de uma pesquisa qualitativa (Bogdan e Biklen, 1994) de caráter documental decorreu do fato de que, esse tipo de estudo, possibilita ao investigador: a) ter contato com documentos que ainda não tiveram um tratamento analítico; b) acesso a uma fonte rica e estável de dados (Gil, 2009).

Deste modo, a pesquisa configurou-se através do levantamento documental de discursos governamentais, legislação e informativos referentes à temática da educação de jovens e adultos, no Brasil, produzidos, na gestão do Governo Luiz Inácio Lula da Silva, compreendendo os anos de 2002 a 2009.

O estudo do processo de juvenilização das políticas públicas federais de EJA justificou-se pelo fato de contribuir com o entendimento da política como texto, pois:

[...] o foco da análise de políticas deveria incidir sobre a formação do discurso da política e sobre a interpretação ativa que os profissionais que atuam no contexto da prática fazem para relacionar os textos da política à prática. [...] a política como discurso enfatiza os limites impostos pelo próprio discurso, a política como texto enfatiza o controle que está nas mãos dos leitores (MAINARDES, 2006, p. 50-54).

A esse respeito, Shiroma, Campos e Garcia (2005) destacam que a análise de textos e documentos oficiais favorece a compreensão de uma política, já que é possível acompanhar a construção da hegemonia discursiva presente nos mesmos, pelo fato de:

[...] fornecerem pistas sobre como as instituições explicam a realidade e buscam legitimar suas atividades, quanto pelos mecanismos utilizados para sua publicização, uma vez que muitos dos documentos oficiais, nacionais e internacionais são, hoje, facilmente obtidos via *internet*. Talvez resida aí uma das principais explicações para a disseminação massiva de documentos digitais e impressos: popularizar um conjunto de informações e justificativas que tornem as reformas legítimas e almeçadas (SHIROMA, CAMPOS e GARCIA, 2005, p. 429).

Esse processo descrito pelas autoras que, envolve a popularização de um conjunto de informações e justificativas que buscam legitimar as reformas, as políticas ou as ações governamentais propostas, parecem integrar os principais meios de publicização utilizados pelo Ministério da Educação (MEC), tais como o sites oficiais, publicidade veiculada em jornais, revistas, rádios, entre outros, durante a gestão do governo Lula para divulgar as iniciativas, as normativas e o ideário presente nas propostas referentes à EJA no Brasil.

Para Shiroma, Campos e Garcia (2005), essa prática, embora tenha o intuito de disseminar informações e justificativas que legitimem as iniciativas, as normativas e o ideário da EJA, em âmbito nacional, por outro lado:

As recomendações presentes nos documentos de política educacional amplamente divulgados por meios impressos e digitais não são prontamente assimiláveis ou aplicáveis. Sua implementação exige que sejam traduzidas, interpretadas, adaptadas

de acordo com as vicissitudes e os jogos políticos que configuram o campo da educação em cada país, região, localidade; tal processo implica, de certo modo, uma reescritura das prescrições, o que coloca para os estudiosos a tarefa de compreender a racionalidade que os informa e que, muitas vezes, parece contraditória, fomentando medidas que aparentam ir em direção contrária ao que propõe (SHIROMA, CAMPOS e GARCIA, 2005, p. 430-431).

Apesar do crescente destaque dado aos jovens nas políticas públicas de EJA, no país, nos anos 2000, Haddad (2002), evidenciou que a focalização de ações específicas para esse grupo etário não é recente, pois diversos estudos, entre os anos de 1986 e 1998, já indicavam o aumento no atendimento dessa população, mas sem que houvesse um entendimento das relações existentes entre a demanda e os resultados do ensino fundamental e médio diurno, bem como as mudanças no mundo do trabalho e no cotidiano das famílias, principalmente no meio urbano.

O estudo não objetiva compreender os aspectos acima apontados, mas destacar a partir dos documentos oficiais produzidos pelo Governo Federal, como os jovens se tornaram prioridade governamental com relação às iniciativas de EJA adotadas no Brasil durante os anos 2000 em detrimento de ações voltadas ao atendimento de adultos e idosos.

Entendemos que a EJA é um direito assegurado para todos aqueles que não tiveram oportunidade de frequentar ou concluir os seus estudos na idade apropriada, sendo portanto, um dever do Estado, como prevê a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases n. 9.394/96 na oferta desta modalidade de ensino. Por isso, nos chamou atenção a crescente publicização de programas e projetos voltados aos jovens e vinculados à profissionalização propostos pelo Governo Federal.

Esse fato nos levou a realizar algumas indagações como: por que o jovem passa a integrar a agenda educacional com relação à modalidade de ensino em EJA? Qual o objetivo de integrar a oferta de EJA com o processo de profissionalização dos jovens? Esse processo resulta da convergência existente entre as orientações internacionais na oferta de EJA e as demandas nacionais?

Diante desses questionamentos a pesquisa qualitativa foi configurada com o propósito de analisar e compreender a focalização das ações propostas pelo governo federal na oferta e no atendimento da EJA.

A JUVENIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EJA, NO BRASIL – ANOS 2000.

A Educação de Jovens e Adultos na gestão do governo Lula foi e está sendo retratada como uma temática no qual as ações governamentais são identificadas como políticas de diversidade, com o intuito de promover ora a inclusão social e em outro momento focalizar a diversidade existente na sociedade brasileira (MOEHLECKE, 2009).

Esse processo é evidente, ao se analisar a estrutura do Ministério da Educação que a partir do ano de 2004, criou a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) que aglutinou os departamentos de Educação de Jovens e Adultos e o de Educação

para a Diversidade e Cidadania – responsável pela Educação Escolar Indígena; Diversidade e Inclusão Educacional; Educação no Campo; Educação Ambiental; e Ações Educacionais Complementares.

Moehlecke (2009, p. 468), ao analisar as políticas de diversidade na educação no Governo Lula, evidenciou o seguinte aspecto:

A concentração de programas com questões, públicos, demandas e histórias tão distintas é defendida com base na aposta de que seria possível, por meio dessa nova configuração, fortalecer o trabalho desenvolvido em cada área específica e transversalizar a perspectiva da diversidade para as demais secretarias e ministérios (MOEHLECKE, 2009, p. 468).

Além da tentativa de fortalecer o trabalho em cada área específica e transversalizar a perspectiva da diversidade, Moehlecke (2009) destaca que as políticas do MEC adotadas após a criação da SECAD estiveram associadas a sua proximidade a sociedade civil organizada, através da constituição de comissões de assessoramento ou de parcerias na execução de programas e projetos. A autora considera que esses mecanismos de participação da sociedade civil organizada serviram para atenuar as tensões e pressões que eventualmente recaiam sobre o governo.

Ainda a esse respeito, Moehlecke (2009, p. 483) apontou alguns aspectos problemáticos com relação a atuação da SECAD na tentativa de fomentar a inclusão social e favorecer a valorização da diversidade, com destaque para:

- a) A dificuldade do MEC para alcançar o objetivo de transversalizar a perspectiva da diversidade para o conjunto das secretarias do ministério e promover o desenvolvimento de programas e projetos articulados;
- b) Valorização de políticas direcionadas aos grupos sociais mais vulneráveis e discriminados como garantia para a efetivação do direito de todos à educação;
- c) A variedade de significados atribuídos ao termo diversidade, que expressou as disputas internas e externas ao governo pela definição de projetos educacionais de modos distintos com o intuito de responder as demandas dos movimentos sociais no reconhecimento de suas múltiplas diversidades.
- d) Dependência das pessoas que estão a frente da gestão dos programas, devido a baixa institucionalidade destes, que não conferiu um aparato normativo de suporte para garantir a permanência das propostas a médio e longo prazo.

A evidência de tais aspectos por Moehlecke (2009), contribui para o entendimento das principais características da gestão educacional durante o Governo Lula, entre os anos de 2003 e 2009, que segundo Oliveira (2009, p. 208) se pautaram na tentativa de resgate de direitos e garantias estabelecidas na Constituição Federal de 1988; no estabelecimento de uma relação entre a elevação dos padrões de desempenho educativo e a crescente competitividade

internacional; e a naturalização de políticas que veiculam as capacidades de escolha e ação individual à transformação institucional, por meio do estabelecimento do compromisso de todos com a educação.

É neste contexto de resgate do direito e garantia a educação, assegurado na Constituição Federal de 1988 e na LDB n. 9.394/96 e na relação entre os padrões de desempenho educativo e a competitividade educacional descritos por Oliveira (2009, p. 208), é que a EJA se configurou no Brasil tendo como principal grupo a ser atendido o jovem.

OS PROGRAMAS DO GOVERNO FEDERAL A PARTIR DOS ANOS 2000.

A preocupação com a formação do jovem, seu lugar na sociedade e sua preparação para o trabalho vem ganhando destaque na última década. Sob o discurso de garantia do direito do jovem a uma política educacional atrelada à proposta de empregabilidade, parte significativa das medidas adotadas teve o intuito de favorecer o atendimento do jovem em programas de educação à distância, formação profissional e empreendedorismo, sendo, portanto dirigidos ao jovem trabalhador.

Dessa forma, há programas de atendimento a juventude na área social, sendo a educação, uma das vertentes de tais políticas, sempre voltadas para o discurso da formação do cidadão, através da garantia de escolarização, formação profissional e acesso ao mercado de trabalho, como fim último para a garantia do direito. A Mensagem do Presidente Lula, no ano de 2008, direcionado ao Congresso Nacional sobre a Política de Juventude, destacou esses aspectos:

a) Política Nacional da Juventude – o Governo inovou na concepção de política e passou a considerar os jovens como sujeitos de direitos e a juventude como Política de Estado. Esse novo olhar tem garantido a milhares de jovens oportunidades de acesso à educação, ao mundo do trabalho e à cidadania. A consolidação da Secretaria Nacional de Juventude e do Conselho Nacional de Juventude, criados em 2005 e vinculados à Secretaria-Geral da Presidência da República, foi fundamental para inserir o tema da juventude como questão estratégica para o País. (p.106)

A Mensagem do Presidente Lula ao Congresso Nacional, no ano de 2010, em seu capítulo Cidadania e Inclusão Social, volta a tratar da Política Nacional de Juventude, afirmando:

[...]Por ser uma temática complexa, que envolve variadas dimensões desse segmento da população, a política pública relacionada a juventude é articulada de forma transversal, buscando-se a integração entre áreas distintas e a participação social. Em 2009, além da ampliação da inclusão social e do atendimento a jovens, essas políticas ganharam importância no âmbito municipal, com a criação de órgãos específicos de juventude em diversas administrações locais, e tiveram destaque no Congresso Nacional, com o avanço na tramitação da Proposta de Emenda à Constituição n.º 42, de 2008, que estabelece um novo marco para o setor, dispondo sobre a proteção aos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude, e dos Projetos de Lei n.ºs 4.529 e 4.530, ambos de 2004, que também atualizam o referido marco, dispondo sobre o Estatuto da Juventude e o Plano Nacional de Juventude, respectivamente.

[...] Contudo, a marca da Política Nacional de Juventude tem sido a inclusão social e, nesse sentido, cabe destacar as ações dos programas específicos de juventude. (p.160).

Entre as prioridades da década para o setor educacional está o destaque para o combate ao analfabetismo de brasileiros, incluindo-se o analfabetismo funcional. Quando se retrata o analfabetismo, é comum se pensar em políticas de atendimento ao adulto analfabeto. No entanto, observa-se que parte significativa das ações políticas de alfabetização prioriza o atendimento do jovem com mais de 15 anos que não concluiu o ensino fundamental.

O combate ao analfabetismo estaria entre as prioridades para o setor educacional, incluindo-se o analfabetismo funcional. Como meta desde o ano de 2003, o Governo Federal se propôs a desenvolver programas de ações e incentivos para todos os adultos analfabetos aprenderem a ler, bem como a inclusão do atendimento a jovens e adultos na educação profissional.

Apresentou-se, em 2003, uma proposta de se estabelecer uma política Nacional de Educação Profissional apoiada em três eixos: a educação de jovens e adultos, a educação profissional propriamente dita e a geração de emprego e renda, atendendo não só os jovens como também os adultos. A proposta baseou-se na articulação entre o Ministério do Trabalho e Emprego e a participação de vários atores sociais, entre eles o Sistema S, as centrais sindicais e outros.

O Governo Lula iniciava sua gestão buscando, *a priori*, seguir todas as metas estabelecidas no primeiro diagnóstico da Educação. Rummert e Ventura, 2007, fazem um balanço do primeiro mandato do Governo Lula:

Entretanto, se há um discurso que anuncia sua valorização, esse não se faz acompanhar de ações concretas para a superação da matriz construída da década anterior. Assim, embora vejamos ampliado o arco de ações no âmbito da EJA, o mesmo permanece centrado em políticas focais, fragmentadas e fragmentadoras do tecido social. [...] A centralidade de tais ações reside na ampliação de mecanismos de certificação, relativos à conclusão do Ensino Fundamental, à formação profissional – particularmente a de caráter inicial, como já mencionado, e, com menor ênfase, ao término do Ensino Médio (RUMMERT e VENTURA, 2007, p. 33- 34).

Diante deste quadro pode-se afirmar que as questões relativas à EJA, no que tange o Estado Brasileiro, vem se tornando significativamente complexa ao longo desta década. Os atuais programas para a Educação de Jovens e Adultos trabalhadores desenvolvidos pelo Ministério da Educação (MEC) se caracterizam como uma política compensatória e focalizadora, baseada no reordenamento econômico no qual a gênese é o combate ao desemprego estrutural através de propostas enfatizam o empreendedorismo e empregabilidade.

É nessa perspectiva, que os programas do Governo Federal, a partir dos anos de 2003 se configuram e passam a legitimar ações para a EJA, como abaixo serão descritas.

Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Humano.

O Projeto Agente Jovem surge como uma ação de assistência social destinada a jovens de 15 a 17 anos, e que tem sua origem nos anos de 1999 e 2000, ainda na gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso e que vem sendo modificado ao longo da gestão do Presidente Lula, em um movimento que o torna um serviço para a juventude, com fluxo constante de recursos, integrando o Sistema de Assistência Social (SUAS).

O Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, compreendido com a conjugação da Bolsa Agente Jovem e da ação socioeducativa prevê a promoção de atividades contínuas que garantam ao jovem entre 15 e 17 anos, experiências práticas e o desenvolvimento do protagonismo juvenil, fortalecendo os vínculos familiares e comunitários e possibilitando a compreensão sobre o mundo contemporâneo com ênfase sobre os aspectos da educação e do trabalho.

O projeto tinha como objetivo: o desenvolvimento de ações que facilitassem a integração e interação do jovem, para quando esse fosse inserido no mercado de trabalho; garantir a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema de ensino, a promoção a integração do jovem à família, à comunidade e à sociedade; o desenvolvimento de ações que oportunizassem o protagonismo juvenil, a capacitação do jovem para atuar como agente de transformação e desenvolvimento em sua comunidade, ao contribuir para a redução dos índices de violência entre os jovens, do uso/abuso de drogas, das DST/AIDS, de gravidez não planejada.

O público alvo do projeto são os jovens com idades entre 15 e 17 anos que estejam fora da escola; participem ou tenham participado de outros programas sociais, que estejam em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social; egressos ou que estejam sob medida protetiva ou socioeducativa; oriundos de Programas de Atendimento à Exploração Sexual Comercial de menores.

O Projeto Agente Jovem tem como base a utilização de metodologia de capacitação teórico-prática, com previsão de duração de doze meses, sendo que a capacitação teórica compreenderia uma carga horária mínima de 300 horas. Esta capacitação teórica seria composta de dois núcleos complementares, sendo um núcleo básico, que compreenderia a abordagem de temas que despertassem a auto-estima do jovem e o protagonismo juvenil, permitindo que eles próprios entendam seu potencial de transformação.

Já o núcleo específico compreenderia a temática do jovem como agente de transformação, visando à ação comunitária nas áreas de saúde, cidadania e meio ambiente. O objetivo dos núcleos seriam o de fazer com que a atuação do jovem contribuísse para a melhora dos indicadores sociais e locais.

O Programa Brasil Alfabetizado².

Em 2003, destaque da política do governo Lula, foi lançado o programa Brasil Alfabetizado (PBA). O programa voltado à alfabetização de jovens, adultos e idosos propunha ser uma via de acesso à cidadania e uma possibilidade de elevação da escolaridade.

O Programa Brasil Alfabetizado consolidou-se por meio de parcerias com o Distrito Federal, estados, municípios, instituições de ensino públicas e privadas (sem fins lucrativos), organizações não-governamentais, que desenvolviam e executavam projetos de alfabetização de jovens e adultos, com a responsabilidade pela execução das ações financiadas pelo programa.

Em 2007 o programa Brasil Alfabetizado passou a oferecer oportunidade de alfabetização

² Resolução FNDE/CD n.º 6, de 16 de abril de 2010 – Estabelece orientações, critérios e procedimentos relativos à transferência automática a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios dos recursos financeiros do Programa Brasil Alfabetizado no exercício de 2010, bem como ao pagamento de bolsas a voluntários que atuam no Programa;

aos jovens e adultos com mais de 15 anos, que não tiveram acesso à escola ou que tiveram de interromper os estudos, dando atenção especial aos segmentos sociais que estivessem em situação de vulnerabilidade social ou discriminação. O programa passa então a ter duas ações básicas: a formação de alfabetizadores e a alfabetização de jovens e adultos.

O programa, após 2007, amplia a faixa etária dos beneficiários das principais ações voltadas para a juventude, introduzindo no Brasil um padrão internacional de conceituação de juventude, e pelo qual passam a ser definidos três grupos: os adolescentes - jovens (15 a 17 anos), os jovens - jovens (18 a 24 anos) e os jovens - adultos (25 a 29 anos).

Ao ampliar e integrar os programas, o Governo Federal construiu uma trajetória de continuidade que permitiria ao jovem excluído do processo educacional convencional ter acesso a ações de alfabetização por meio do programa Brasil Alfabetizado, participar do Projovem para a conclusão do ensino fundamental e aperfeiçoamento de habilidades básicas, até a inserção do beneficiário às escolas técnicas, ao ensino superior ou ao mercado de trabalho.

Em 2008, tendo como norte o direito à educação ao longo da vida, foram efetivadas várias ações com vistas ao atendimento a todas as etapas da modalidade EJA.

Programa Escola de Fábrica.

Em 2004, foi lançado o Projeto Escola de Fábrica, que objetivava a formação profissional de jovens de baixa renda, de 15 a 21 anos, nas próprias empresas. A meta previa a abertura de 500 escolas no interior de fábricas e empresas de todo o Brasil e formar 10 mil alunos em 2005, assegurando-lhes uma base sólida para inserção no mercado de trabalho.

O Programa Escola de Fábrica tinha como meta expandir a oferta de vagas na formação profissional, envolvendo organizações empresariais na preparação de recursos humanos para o exercício de uma profissão.

As instituições gestoras identificariam as necessidades de qualificação das empresas e elaborariam o projeto pedagógico para cada unidade. A certificação dos cursos seria feita preferencialmente pelas instituições federais de educação profissional e tecnológica. O Ministério da Educação atuaria como supervisor de todo o processo.

As empresas, além de promoverem gestão com responsabilidade social, iriam liberar espaço, mobiliário, instrutores, alimentação, uniforme, transporte, bolsas de estudos de meio salário mínimo para os estudantes, material didático e seguro de vida em grupo.

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem³.

Em 2005 foi instituído, pela Lei n.º 11.129, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem, destinado aos jovens de 15 a 29 anos, com o objetivo de promover sua reintegração

3 Medida Provisória n.º 238, de 1º de fevereiro de 2005 – Institui, no âmbito da Secretaria-Geral da Presidência da República, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem, cria o Conselho Nacional de Juventude – CNJ e cargos em comissão, e dá outras providências;

Parecer n.º CNE/CBE 2/2005 – Projovem – Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária – aprovado em 16/03/2005;

Decreto n.º 5.557, de 5 de outubro de 2005 – Regulamenta o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem instituído pela Lei n.º 11.129, de 30 de junho de 2005, e dá outras providências.

ao processo educacional, sua qualificação profissional e seu desenvolvimento humano, podendo ser desenvolvido nas seguintes modalidades: Projovem Adolescente – Serviço Socioeducativo, Projovem Urbano, Projovem Campo – Saberes da Terra e Projovem Trabalhador.

Este programa é executado pela Secretaria-Geral da Presidência da República, em parceria com os Ministérios da Educação, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, com a participação das prefeituras municipais.

O Projovem pretende contribuir com a re-inserção do jovem na escola, a identificação de oportunidades de emprego e a inclusão digital. Em um segundo momento, a transição profissional seria efetuada pela busca do emprego, apoiado em mecanismos que ficam na interface da escola e do mercado de trabalho. Finalmente, segue a integração profissional.

A execução do programa se baseia em parcerias com as prefeituras municipais de todas as capitais brasileiras e algumas cidades das regiões metropolitanas, visando uma ação ampla de benefícios aos jovens em situação de exclusão. Trata-se, portanto, de uma iniciativa que conjuga elevação da escolaridade, qualificação profissional e desenvolvimento de ações comunitárias. Os jovens que cumprirem 75% da frequência e das atividades programadas para o curso receberiam mensalmente um incentivo no valor de R\$100,00, durante os 12 meses do Programa.

Em 2008 foram unificados seis programas já existentes para a juventude, o Agente jovem, ProJovem - Saberes da Terra, Consórcio de Juventude, Juventude Cidadã e Escola de Fábrica no Programa Unificado de Juventude – o ProJovem Integrado. Esse programa, em novo formato, previa que os jovens fossem reintegrados ao processo educacional, recebessem qualificação profissional e tivessem acesso a ações de cidadania, esporte, cultura e lazer.

Além disso, o programa amplia a faixa etária dos beneficiários das principais ações voltadas para a juventude, a qual anteriormente era apenas de 15 a 24 anos. Introduzindo o Brasil em um padrão internacional de conceituação de juventude, na qual são definidos três grandes grupos: os adolescentes-jovens (15 a 17 anos), os jovens-jovens (18 a 24 anos) e os Jovens-adultos (25 a 29 anos).

Ao ampliar e integrar os programas, o Governo Federal construiu uma trajetória de continuidade que passou a permitir ao jovem excluído do processo educacional convencional ter acesso a vários programas que vão da alfabetização a conclusão do ensino fundamental, além de acesso a programas de aperfeiçoamento de habilidades básicas, possibilidades de chegar às escolas técnicas e ao ensino superior (ProUni), oferecendo condições mais competitivas ao mercado de trabalho.

O ProJovem leva em consideração as diferentes características geográficas, etárias e sociais, além das necessidades dos diversos grupos que compõem a juventude e, por isso, está subdividido em quatro modalidades.

O público-alvo do ProJovem Urbano conta com um projeto pedagógico integrado que articula a conclusão do ensino fundamental com a qualificação profissional inicial. O público alvo do programa são os jovens entre 18 e 29 anos, moradores de regiões urbanas, que, embora estejam fora da escola e não tenham concluído o ensino fundamental, saibam ler e escrever.

O ProJovem Trabalhador é destinado aos jovens entre 18 e 29 anos, desempregados, matriculados no ensino médio, fundamental ou em cursos de educação de jovens e adultos e que pertençam a famílias com renda per capita de até 01 salário mínimo.

O ProJovem Adolescente é, na verdade, serviço socioeducativo de proteção básica para jovens de 15 a 17 anos que vivem em situação de vulnerabilidade social, independentemente da renda familiar, ou que sejam pertencentes a famílias beneficiárias do Bolsa Família. Essa modalidade foi implantada através da promoção de atividades de convívio, participação cidadã e iniciação ao mundo do trabalho; garantindo o acompanhamento às famílias pelo Programa de Atenção Integral à Família (PAIF); mantendo o jovem na escola ao se articular as ações com outras políticas sociais.

O ProJovem Campo – Saberes da Terra tem como objetivo a escolarização em nível fundamental, integrada à qualificação social e profissional de jovens agricultores familiares de 18 a 29 anos.

Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja⁴.

Em 2006, foi instituído, em âmbito federal, através do Decreto n.º 5840/2006, o Proeja. Tendo como diretriz a oferta de cursos e programas de educação profissional com a finalidade de ofertar a formação inicial e continuada de trabalhadores e a educação profissional técnica de nível médio, leva em consideração as características específicas dos jovens e adultos.

Dessa forma, os cursos e programas podem atender tanto ao ensino fundamental quanto ao ensino médio, desde que tenham como objetivo a elevação do nível de escolaridade do trabalhador, no caso da formação inicial e continuada. O ensino médio, por sua vez, pode ser ofertado de forma integrada ou concomitante.

O Proeja poderia ser adotado por instituições públicas dos sistemas de ensino estaduais e municipais e também pelas entidades privadas nacionais de serviço social, aprendizagem e formação profissional vinculadas ao Sistema S. As instituições de ensino também seriam responsáveis pela estruturação dos cursos oferecidos e pela expedição de certificados e diplomas.

Outro ponto importante: trata de garantir a possibilidade de aproveitamento por parte do aluno ao curso, ou seja, o aluno que demonstrar, a qualquer tempo, aproveitamento no curso de educação profissional técnica de nível médio, no âmbito do Proeja, faria jus à obtenção do correspondente diploma, com validade nacional, tanto para fins de habilitação na respectiva área profissional, quanto para atestar a conclusão do ensino médio, possibilitando o prosseguimento de estudos em nível superior. Fica também aberta a possibilidade para que as Instituições possam aferir e reconhecer, mediante avaliação individual, conhecimento e habilidades, obtidos em processos formativos extraescolares.

4 Decreto n.º 5.478, de 24 de junho de 2005 – Institui, no âmbito das atribuições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA → Revogado pelo Decreto n.º 5840 de 2006;

O programa surgiu, tendo como princípio educativo, o trabalho a partir da formação profissional com escolarização para jovens e adultos. Os cursos oferecidos podem se dividir em três possibilidades: 1- Educação profissional técnica de nível médio com ensino médio, 2- Formação inicial e continuada com o ensino médio e 3- Formação inicial e continuada com ensino fundamental (quinta a oitava série ou sexto a nono ano). Dependendo da necessidade regional de formação profissional, seriam também admitidos cursos de formação inicial e continuada com o ensino médio.

Programa Nacional de Segurança Pública – Pronasci

O programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) conta com iniciativas nas áreas de prevenção, controle e repressão qualificada à criminalidade, que reúne a União, os Estados, os Municípios e a comunidade, por meio da celebração de convênios, contratos e consórcios. Os programas locais destinam - se aos jovens de 15 a 24 anos que se encontram à beira da criminalidade ou em conflito com a lei. A reinserção dos jovens é proposta por intermédio de um processo formativo em que os programas sociais auxiliam na recuperação da cidadania.

Para tanto, o papel primordial é delegado a Rede Nacional de Educação a Distância (EAD), através das instalações de telecentros, que garantam a possibilidade de acesso remoto a cursos de capacitação.

Em 2009, o Pronasci tinha como prioridade a efetivação do Programa de Educação Profissional para Jovens e Adultos (Proeja) e cursos preparatórios para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), intensificando suas ações junto ao público alvo do programa. Outra prioridade trata da reintegração de jovens presos ao mercado de trabalho e ampliação do projeto de Economia Solidária, visando desenvolver novas alternativas de geração de trabalho e renda e fortalecimento da inclusão social.

Observa-se que todos os programas do Governo Federal apresentados caracterizam-se por iniciativas que fomentam políticas compensatórias e focalizadoras, embora destaquem a questão da diversidade, ora em uma perspectiva de inclusão social, ora em uma perspectiva de garantia do direito à educação.

Além disso, é importante destacar que em nenhum dos programas há uma integração entre as ações do MEC direcionadas à educação básica e os demais ministérios que oferecem suporte aos programas implementados destinados à população de jovens e adultos.

Por sua vez, a categorização dos jovens em grupos etários específicos – adolescentes, jovens e adultos jovens-, a fim de atender as especificações internacionais, acaba por excluir os adultos e idosos, que não correspondem as faixa etária beneficiária dos programas apresentados, constituindo uma problemática na oferta da garantia do direito à educação de todos, independentemente do grupo etário, conforme prevê a Constituição Federal de 1988 e a LDB n. 9.394/96.

No entanto, embora os programas priorizem os jovens, Di Pierro (2008, p. 370) salienta que há uma tendência nas políticas de educação de pessoas jovens e adutas, em âmbito latino-americano, que é a proposta de uma articulação intersetorial de dois tipos:

- a) Enfatiza a promoção social, compreendendo programas destinados à populações em situação de pobreza e risco social, no qual a adesão dos beneficiários aos programas de alfabetização, elevação de escolaridade ou capacitação para o trabalho são contrapartidas de transferência de renda mínima;
- b) Procura satisfazer as múltiplas aprendizagens dos jovens e adultos através da formação geral, a capacitação geral para o trabalho, valores e habilidades relevantes, saúde, relações de gênero, interculturalidade, acesso às novas tecnologias, entre outros.

Essa tendência intersetorial existente na América Latina, conforme apontou Di Pierro (2008, p. 370), que enfatiza a promoção social por meio da geração de renda ou destaca a satisfação das múltiplas aprendizagens dos jovens e adultos parece se manifestar nos programas adotados pelo Governo Federal, especialmente após o ano de 2003, período em que, o ideário da educação e a aprendizagem ao longo da vida se legitimam e contribuem para justificar as ações propostas.

Essa tendência predominante no atendimento de jovens e adultos, entre a faixa etária de 15 a 29 anos, representa um processo denominado por Ball (2001, p. 112) como de convergência de paradigmas, que resulta na invocação de políticas com base em princípios e tecnologias comuns, mecanismos operacionais idênticos e efeitos de primeira e segunda ordem semelhantes.

Entende-se assim, que os programas adotados pelo Governo Federal, desde o ano de 2003, pelo MEC e demais ministérios, com relação à EJA, refletem uma tendência latino-americana, que segundo Di Pierro (2005, p. 1119) expressa um novo paradigma para a área ao sugerir:

[...] que a aprendizagem ao longo da vida não é só um fator de desenvolvimento pessoal e um direito de cidadania (e, portanto, uma responsabilidade coletiva), mas também uma condição de participação dos indivíduos na construção de sociedades mais tolerantes, solidárias, justas, democráticas, pacíficas, prósperas e sustentáveis (DI PIERRO, 2005, p. 1119).

Nota-se, que o ideário da educação e aprendizagem ao longo da vida envolve um processo de desenvolvimento social, de direito à cidadania dos sujeitos da EJA, como destacou a autora, porém visam a construção de uma sociedade mais justa e sustentável, daí, a preocupação com a formação do jovens, que seria o sujeito preparado para dar vida a esse projeto, por meio de sua empregabilidade e capacidade empreendedora.

No Brasil, os programas destinados ao jovem fundamentam-se nesse ideário, mas vem se concretizando, por meio de parcerias com a sociedade civil organizada, e um processo de descentralização das ações envolvendo os governos locais (estados e municípios). Cabe a União idealizar e atribuir as ações entre os demais entes federados, procurando incentivar a participação local e induzindo as políticas de EJA.

Apesar do crescente número de programas destinados aos jovens e vinculados à EJA, duas problemáticas se fortalecem a cada dia, sem que sejam solucionadas: a ausência de regulação dos programas implementados, tende em vista a verificação do êxito ou fracasso das medidas; a garantia do direito a oferta da modalidade EJA na rede regular de ensino, já que sem uma articulação entre as ações e os processos de escolarização oferecidos pelo Poder Público, esse direito corre o risco de não ser cumprido.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.

BALL, S. J. Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em educação. *Currículo sem fronteiras*, v. 1, n. 2, p. 99-116, jul./dez. 2001.

BOGDAN R; BIKLEN, S. *Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto, 1994.

BRASIL, Presidente L. I. Lula da Silva. *Mensagem ao Congresso Nacional 2008 – Abertura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura*. Brasília: Presidência da República, Secretaria – Geral da Presidência da República, 2008.

DELORS, J et al. *Educação: um tesouro a construir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI*. 9 ed. São Paulo: Cortez/ UNESCO/MEC, 2004.

DI PIERRO, M. C. Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil. *Educação e Sociedade*, v. 26, n. 92, p. 1115-1139, Especial – out. 2005.

_____. Educação de Jovens e Adultos na América Latina e Caribe: trajetória recente. *Educação e Sociedade*, v. 38, n. 134, p. 367-391, maio/ago. 2008^a.

_____. Luta social e reconhecimento jurídico do Direito Humano dos jovens e adultos à educação. *Revista Educação*. Santa Maria, v. 33, n. 3, set/dez. 2008b. Disponível em <http://www.ufsm.br/revistaeducacao>. Acessado em 22/05/2010.

GADOTTI, Moacir. *A CONFINTEA VI no contexto do Brasil e da América Latina: Uma oportunidade para a Educação Popular*. Disponível em <http://www.forumeja.org.br/to/?q=node/82>. Acesso em 12/06/2010.

GIL, A. C. *Como Classificar as pesquisas?* Disponível em: <http://www.professordilson.pro.br/omono> Acessado em: 01/05/2009.

HADDAD, S (coord.). *Educação de Jovens e Adultos no Brasil (1986-1998)*. Brasília: MEC/ INEP/ Comped, 2002.

HERNÁNDEZ, G. E. Et al. Reporte sobre el estado actual de la educación de personas jóvenes y adultas em México, Honduras, Nicaragua, El Salvador y Panamá. *Revista Interoamericana de Educación de Adultos*. Año 30, n. 2, p. 7-69, julio/diciembre, 2008.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. *Educação e Sociedade*, n. 94, p. 47-69, jan./abr.2006.

- MOEHLECKE, S. As políticas de diversidade na educação no governo Lula. *Cadernos de Pesquisa*, v. 39, n. 137, p. 461-487, maio/ago. 2009.
- OLIVEIRA, D. A. As políticas educacionais no governo Lula: rupturas e permanência. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, v. 25, n. 2, 197-209, mai./ago. 2009.
- RODRÍGUEZ, L. M. Reporte sobre el estado actual de la educación de personas jóvenes y adultas en Argentina, Brasil, Chile, Paraguay y Uruguay. *Revista Interoamericana de Educación de Adultos*. Ano 31, n. 1, p. 7-38, enero/ junio, 2009.
- RUMMERT, S. M; VENTURA, J. P. Políticas Públicas para a educação de jovens e adultos no Brasil: a permanente (re) construção da subalternidade – considerações sobre o programa Brasil Alfabetizado e Fazendo Escola. *Educar*, n. 29, p. 29-45, 2007.
- SHIROMA, E; CAMPOS, R. F; GARCIA, R. M. C. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológico para a análise de documentos. *Perspectiva*, v. 23, p. 427-446, jul./dez. 2005.